



Perspectivas para as relações sino-brasileiras no novo mandato presidencial

Relatório final

Núcleo **Ásia**

INTRODUÇÃO

O projeto “Perspectivas para as relações sino-brasileiras no novo mandato presidencial” foi realizado pelo núcleo Ásia do CEBRI em fevereiro e março de 2023, com o apoio da Embaixada da China no Brasil. Ao longo de quatro reuniões restritas sobre temáticas prioritárias da agenda de cooperação sino-brasileira, almejou avaliar como diferentes atores-chave da sociedade brasileira, entre eles acadêmicos, think tanks e agentes econômicos, vêem a relação com a China no novo mandato presidencial. O projeto foi coordenado por Marcos Caramuru, membro do Conselho Consultivo Internacional do CEBRI e Embaixador do Brasil na China (2014-2016). Os Senior Fellows do Núcleo Ásia, Larissa Wachholz e José Mário Antunes, contribuíram para a moderação das discussões. As reuniões contaram com a participação de cerca de 50 especialistas brasileiros, somando todos os encontros. Os insumos das reuniões estão consolidados no presente relatório.

As opiniões e manifestações expressas neste relatório representam exclusivamente as opiniões dos especialistas que participaram das reuniões e não, necessariamente, a posição institucional do centro brasileiro de relações internacionais (CEBRI), dos seus integrantes ou dos seus apoiadores.

Sumário

Sumário executivo	04
Recomendações	05
Diálogo político, relações diplomáticas e multilateralismo	08
Parceria comercial	10
Desenvolvimento: um olhar para o futuro	12
Economia digital e inovação	13
Conclusão	14

SUMÁRIO EXECUTIVO

As relações entre Brasil e China têm se mostrado cada vez mais complexas e relevantes, abrangendo uma gama de temas. Foram apontadas oportunidades de aproximação política e diplomática entre os dois países emergentes – em suas relações bilaterais tanto quanto em foros multilaterais – tendo em vista temas como meio ambiente, economia de baixo carbono, e segurança alimentar. As relações econômicas sino-brasileiras, já bem notáveis, podem também ser aprimoradas para fortalecer essa parceria: explorando setores estratégicos, reduzindo assimetrias comerciais e de investimento por meio de uma compreensão da dinâmica chinesa no Brasil e maior presença de setores brasileiros na China.

O desenvolvimento, em particular o desenvolvimento sustentável, apareceu como tema crucial para ambos países, abrindo portas de colaboração que apontam para o mundo do futuro. Apesar das diferenças entre as duas economias emergentes, os esforços de reindustrialização do novo governo brasileiro, de aquisição e desenvolvimento de tecnologia, de fomento à matriz energética limpa e de engajamento com a construção de uma economia ambientalmente saudável tornam inevitável pensar na China como parceiro em diversas frentes. Por fim, a economia digital e a inovação, setores em que a China tem mostrado progresso admirável, são outras frentes com potencial para suscitar novas trocas de experiências.



RECOMENDAÇÕES

MULTILATERALISMO

- Aprofundar o diálogo político nas instituições multilaterais, permitindo discussões mais substanciais sobre temas relevantes relacionados aos common goods de interesse global, como meio ambiente, mudanças climáticas e economia de baixo carbono.
- Dialogar sobre propostas chinesas, como a Iniciativa para o Desenvolvimento Global (GDI) e a Iniciativa para a Segurança Global, nos fóruns multilaterais, embora sejam necessários esclarecimentos sobre seus objetivos finais.
- Refletir sobre os rumos do diálogo entre China e Brasil no contexto do BRICS, explorando oportunidades de cooperação e coordenação estratégica.
- Para além dos BRICS, é importante avaliar o estoque de acordos bilaterais e iniciativas de cooperação técnica entre o Brasil e a China. O Brasil pode desempenhar um papel de interlocução com a China e os países vizinhos, visando atrair e oferecer projetos que contribuam para a integração física da América Latina.
- O diálogo CELAC-China pode ser estratégico, considerando a liderança da China em campos relevantes do cenário internacional. É importante retomar a agenda regional e avaliar o valor adicionado da cooperação da região com a China.
- É necessário aproveitar os esforços recentes de reestruturação da COSBAN, assim como projetar a relação bilateral engajando a sociedade civil, academia e outras instituições.
- Com relação ao financiamento para iniciativas de diálogo político e econômico, pode ser importante revisar instrumentos de financiamento público bilaterais e regionais, como o fundo Brasil-China.

ENERGIA

- Aproveitar as vocações naturais do Brasil e da China no tema do crédito de carbono.
- Explorar formas de aprofundar a cooperação Brasil-China na transição energética, dada a vasta experiência chinesa em investimentos em energias renováveis e o potencial do Brasil nesse campo.

- Estabelecer um diálogo específico com a China acerca do potencial brasileiro para receber novos investimentos, em particular na produção de hidrogênio verde em zonas portuárias, para combustível de navegação marítima ou produção de fertilizantes.
- A reindustrialização brasileira está relacionada à matriz energética limpa, e os investimentos chineses em energias renováveis podem contribuir para um posicionamento competitivo da indústria brasileira em uma economia de baixo carbono.

CRESCIMENTO ECONÔMICO E PARCERIA COMERCIAL

- Estabelecer um diálogo com o setor do agronegócio para fortalecer a relação Brasil-China e valorizar a segurança alimentar e a sustentabilidade como temas centrais.
- Para atrair investimentos chineses, é importante alinhar as agendas de investimentos e comerciais, mapear as cadeias em que a China está presente e reduzir as assimetrias de comércio e investimento. Arcabouços regulatórios adequados são necessários para receber esses investimentos.
- Para induzir o comércio bilateral de forma estratégica, o governo pode estabelecer uma estrutura organizada de compras governamentais, utilizando o poder de demanda para direcionar transferências de tecnologia. Estimular a participação de grandes players chineses do setor de infraestrutura em projetos no Brasil é importante.
- Mesmo mercados já abertos e consolidados, como o da carne bovina, requerem esforços a fim de se manterem e expandirem. Sugere-se o aprofundamento do diálogo técnico, demonstrando a sanidade do produto brasileiro, item tão caro ao consumidor chinês. Além disso, uma maior exposição do capital chinês ao setor no Brasil poderia garantir alinhamento de interesses nos fluxos comerciais, bem como permitir a frigoríficos brasileiros ter uma previsão de demanda de longo prazo para seu produto.
- A agregação de valor a commodities é um exercício desafiador, mas absolutamente estratégico. Neste sentido, poderia se pensar no potencial de agregação de valor da agricultura de baixo carbono a produtos já consolidados, como carne bovina, soja, café, celulose e outros. Ademais, há grande potencial no desenvolvimento de excedente exportável a cadeias de produção e exportação de feijões e pulses, produtos de grande

demanda na Ásia (China e Índia, em particular). Tal agregação de valor e diversificação, nos dois casos, está fortemente relacionada ao incremento da consciência ecológica e do consumo verde no mundo, que orienta a produção menos intensiva na emissão de carbono e a busca por produtos substitutos à proteína animal, por exemplo.

- Acompanhar a participação de investimentos da China no desenvolvimento da infraestrutura na América Latina, em áreas promissoras para a transição energética como produção de lítio, por exemplo.
- Estabelecer um entendimento sobre a reorganização produtiva, considerando mudanças nas cadeias produtivas globais e oportunidades de *reshoring* e *nearshoring*.
- Cooperar no desenvolvimento de cidades inteligentes, aproveitando a expertise chinesa em tecnologias de Internet das Coisas (IoT).

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- Intercambiar experiências e explorar investimentos conjuntos entre Brasil e China para a erradicação da pobreza e a promoção da segurança alimentar, gerando benefícios para toda a região da América Latina.
- No Brasil, os investimentos chineses devem contribuir para o desenvolvimento da base industrial tecnológica e promover a transferência de tecnologia em setores estratégicos.
- Identificar ações e agendas comuns no cenário internacional para desenvolver ideias de desenvolvimento sustentável a partir da perspectiva do Sul Global.
- Importância de marcos regulatórios e políticas públicas para o desenvolvimento multifacetado; o desenvolvimento não deve ser confundido com comércio exclusivamente.
- O Novo Banco de Desenvolvimento e o Banco Asiático de Infraestrutura são citados como importantes para puxar novos temas na agenda de desenvolvimento global, com foco nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

DIÁLOGO POLÍTICO, RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS E MULTILATERALISMO

A primeira reunião abordou a relação política e diplomática entre o Brasil e a China, enfocando a necessidade de um diálogo político mais substancial, para além das relações comerciais e de investimento amplamente conhecidas. Embora o conteúdo do diálogo político tenha sido pouco divulgado até o momento, os interesses prioritários da China em termos de política externa estão concentrados em sua região, particularmente na Ásia central, sul e sudeste asiático. Ainda que exista pouco espaço para um diálogo político mais profundo nas instituições multilaterais, deveria ser possível estabelecer um diálogo bilateral expressivo sobre temas caros à comunidade internacional: meio ambiente, mudanças climáticas e economia de baixo carbono.

Temas como energia e mineração são considerados estratégicos e cruciais, especialmente devido à crescente demanda global por lítio e terras raras. No entanto, é necessário: (1) refletir sobre os custos e benefícios da exploração e exportação desses recursos, levando em consideração os impactos econômicos e socioambientais associados aos processos de mineração; e (2) buscar elementos de agregação de valor no Brasil a tais minerais estratégicos, de modo a consolidar cadeias produtivas mais completas ao invés de apenas reforçar o cenário de exportação de produtos primários. Dessa forma, torna-se fundamental estabelecer arcabouços regulatórios eficazes que possam otimizar ganhos e mitigar eventuais efeitos negativos para a região.

Outro ponto de cooperação possível entre os dois países é o mercado de créditos de carbono, bem como o sistema de pagamentos em moedas nacionais no âmbito do bloco BRICS. Essas iniciativas podem fortalecer ainda mais a colaboração bilateral e contribuir para a implementação de soluções sustentáveis em relação às mudanças climáticas e à proteção do meio ambiente.

Também é importante destacar que o Brasil e a China compartilham objetivos comuns de erradicação da pobreza. Esses objetivos compartilhados podem gerar benefícios que se estendem além das fronteiras, proporcionando impactos positivos para a América Latina

como um todo. Nesse sentido, os participantes da reunião discutiram as possibilidades de um diálogo político abrangente entre Brasil e China em diversas áreas.

O BRICS se destaca como fórum catalisador de interlocução em um cenário de tensões entre EUA e China. Há, ainda, propostas de ampliação do Bloco. Apesar de serem elementos muito positivos, é importante ressaltar que ainda há espaço para promover resultados concretos decorrentes dessa cooperação.

Iniciativas chinesas formadas de forma unilateral, como a Iniciativa de Desenvolvimento Global (GDI em inglês) e a Iniciativa de Segurança Global (GSI), devem ser moldadas com a perspectiva de sensibilizar outros países, inclusive o Brasil. Para tanto, será necessário incrementar o diálogo sobre o significado e as intenções de tais iniciativas.

Com respeito à integração regional na América Latina, tema preterido durante o Governo Bolsonaro, o Brasil pode se posicionar como interlocutor com a região e China, propondo projetos que contribuam para a integração física latino-americana.

Por fim, a ampliação do arcabouço político entre os dois países pode se refletir em atuações mais objetivas e práticas no campo comercial e econômico, impulsionando debates sobre temas estratégicos, como segurança alimentar, junto ao setor do agronegócio. Esforços de diversificação de exportações e agregação de valor se beneficiariam de tal coordenação.

PARCERIA COMERCIAL

A segunda reunião concentrou-se em uma discussão sobre a reabertura da economia chinesa após o fim da política de Covid-zero em 2022. Essa reabertura foi impactada tanto pelos *lockdowns* decorrentes da pandemia quanto pelas tensões diplomáticas e comerciais com os Estados Unidos. Compreender os movimentos cautelosos e pragmáticos adotados na condução da reabertura econômica e o reforço de uma visão pró-consumo são elementos essenciais para a retomada das relações comerciais com a China. Essa retomada, por sua vez, resgata questões importantes como o rebalanceamento e a busca pela prosperidade comum. Para o Brasil, surgem oportunidades para explorar o setor de serviços e para algumas marcas de consumo de maior destaque, a fim de atender à crescente demanda da classe média chinesa.

Nesse contexto, é fundamental compreender que a agenda de desenvolvimento e crescimento da China é caracterizada pela busca de autossuficiência em tecnologia e commodities. Além disso, os arranjos comerciais chineses têm passado por mudanças significativas devido às consequências da guerra comercial com os Estados Unidos e às reconfigurações promovidas pela Guerra na Ucrânia, que destacam a ênfase na aproximação das relações com a Rússia. A fim de atrair investimentos chineses, é necessário correlacionar a agenda de investimentos com a agenda comercial. Isso implica mapear as cadeias em que a China está presente e buscar reduzir as assimetrias existentes no comércio e nos investimentos entre os dois países. Nesse sentido, o governo brasileiro pode utilizar o poder de demanda proveniente das compras governamentais como uma ferramenta estratégica para direcionar transferências de tecnologia e promover uma maior colaboração neste âmbito.

Outra dimensão importante da parceria comercial entre Brasil e China é o setor de energias renováveis no contexto da articulação da reindustrialização brasileira. Os investimentos chineses nessa área são estratégicos para posicionar a indústria brasileira de forma competitiva em uma economia de baixo carbono. Essa cooperação pode impulsionar a adoção de tecnologias sustentáveis e contribuir para a transição energética do Brasil, alinhando-o com os objetivos globais de combate às mudanças climáticas.

Em suma, a parceria comercial entre o Brasil e a China apresenta uma série de oportunidades e desafios. Compreender a dinâmica da economia chinesa, explorar setores estratégicos e buscar reduzir as assimetrias comerciais e de investimento são elementos essenciais para fortalecer essa parceria e aproveitar os benefícios mútuos decorrentes de uma colaboração mais estreita entre as duas nações.

DESENVOLVIMENTO: UM OLHAR PARA O FUTURO

A terceira reunião iniciou-se a partir de uma discussão a respeito da noção do desenvolvimento na China e no Brasil. A China enfoca a redução da pobreza como elemento crucial para o crescimento econômico, adotando um processo de urbanização, estímulo à agricultura e incentivos aos empreendedores. O crescimento econômico industrial é a base de seu desenvolvimento, reorganizando cadeias produtivas, impulsionando a tecnologia, o consumo interno e garantindo a segurança alimentar e energética. A reunião ressaltou as diferenças políticas entre as duas economias emergentes: enquanto a China estabeleceu uma estratégia política clara, levando sua economia para o lugar de segunda maior do mundo em Produto Interno Bruto (PIB), o Brasil ainda enfrenta dificuldades burocráticas que resultam em falta de continuidade em políticas públicas. Neste sentido, o governo recém-eleito abre novas oportunidades, pois tem uma visão para o desenvolvimento brasileiro em que a China é vista como potencial parceiro multidimensional.

A primeira dimensão desse interesse refere-se à capacidade da China de equilibrar a abertura de sua economia para empresas multinacionais e, ao mesmo tempo, propor políticas ativas para direcionar esses investimentos em consonância com o desenvolvimento do país. A segunda dimensão está relacionada diretamente aos investimentos chineses no Brasil, valorizando não apenas o fluxo econômico e comercial, mas também a transferência de tecnologia e a cooperação em setores estratégicos. Por fim, a terceira dimensão aborda ações e agendas comuns no cenário internacional, especialmente no contexto da transição energética justa. Os participantes também destacaram o potencial do Brasil como uma plataforma de exportação ocidental da produção chinesa, um parceiro na área de urbanização, mais especificamente no desenvolvimento de cidades inteligentes e na transição para uma economia verde, enfatizando o potencial brasileiro na produção de hidrogênio verde. Por fim, foi ressaltado que o desenvolvimento envolve não apenas comércio, mas também aspectos sociais e ambientais, requerendo marcos regulatórios e políticas públicas próprias: o Novo Banco de Desenvolvimento e o Banco Asiático de Infraestrutura foram citados como instituições importantes para impulsionar a agenda global de desenvolvimento com foco nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

ECONOMIA DIGITAL E INOVAÇÃO

A quarta reunião concentrou-se nas questões relacionadas à economia digital e à inovação, tanto na China quanto no Brasil. Na China, a construção da infraestrutura digital desempenha um papel fundamental na Iniciativa Belt and Road, com projetos que incluem cabos de fibra ótica, data centers e tecnologia 5G. Esses esforços têm impulsionado o comércio varejista chinês, que se baseia no conceito de ecossistemas digitais. Por sua vez, o Brasil está incorporando a moeda digital em seu cenário econômico.

É importante observar que a disputa entre a China e os Estados Unidos em torno da economia digital tem impulsionado discussões sobre a difusão de padrões tecnológicos e abre oportunidades para a ampliação desses padrões, especialmente no contexto de cidades inteligentes.

A cooperação Brasil-China na economia digital pode abranger cadeias produtivas agrícolas, mobilidade urbana, cidades inteligentes e inovação em saúde. A conectividade da zona rural transforma positivamente o desenvolvimento socioeconômico do interior do país, aspecto que a China conhece bem. O Brasil poderia se beneficiar largamente de projetos conjuntos no setor.

A China tem se destacado na integração de seu espaço territorial por meio de empreendimentos lineares, como ferrovias e rodovias, além de investimentos significativos na infraestrutura de cabos de fibra ótica. O Brasil ainda precisa evoluir em sua própria integração territorial. É interessante observar que a China também tem interesses nos programas espaciais da América Latina, o que abre oportunidade para a cooperação internacional nesse campo.

A economia digital e a inovação representam áreas estratégicas para o desenvolvimento econômico e social tanto da China quanto do Brasil. A troca de experiências, o compartilhamento de melhores práticas e a cooperação mútua podem impulsionar a aproximação com a China, o progresso nessas áreas e contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável e inclusivo em ambos os países.

CONCLUSÃO

Os novos governos brasileiro e chinês estão vivendo um momento político de convergência de interesses e oportunidades de diálogo ampliado e cooperação multidimensional. O Brasil busca se desenvolver e reindustrializar, ao mesmo tempo em que expande sua inserção global para promover um mundo multipolar. Na China, encontra um parceiro potencial que vai além das relações comerciais já estabelecidas.

À medida que a necessidade de fontes de energia limpa se torna cada vez mais urgente e as reconfigurações políticas alteram o cenário global, uma relação mais estreita entre os dois países pode trazer benefícios para ambos e para a comunidade latino-americana e internacional. A busca pelo desenvolvimento socioeconômico sustentável é, afinal, um ideal coletivo. Os governos do Brasil e da China devem aproveitar o momento de convergência para avançar de forma significativa em suas relações e em projetos concretos.



Conselho Curador CEBRI

Presidente

José Pio Borges

Presidente Emérito

Fernando Henrique Cardoso

Diretora-Presidente

Julia Dias Leite

Vice-Presidentes

José Alfredo Graça Lima

Luiz Ildefonso Simões Lopes

Vice-Presidentes Eméritos

Daniel Klabin

José Botafogo Gonçalves

Luiz Augusto de Castro Neves

Rafael Benke

Conselheiros Eméritos

Izabella Teixeira

Luiz Felipe de Seixas Corrêa

Luiz Fernando Furlan

Marcos Azambuja

Pedro Malan

Rubens Ricupero

Winston Fritsch

Fundadores

Carlos Mariani Bittencourt

Celso Lafer

Daniel Klabin

Gelson Fonseca Jr.

João Clemente Baena Soares

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

Maria do Carmo (Kati) Nabuco de Almeida Braga

Roberto Teixeira da Costa

Eliezer Batista da Silva *(in memoriam)*

Luciano Martins de Almeida *(in memoriam)*

Luiz Felipe Palmeira Lampreia *(in memoriam)*

Luiz Olavo Baptista *(in memoriam)*

Sebastião do Rego Barros Netto *(in memoriam)*

Walter Moreira Salles *(in memoriam)*

Conselheiros

Ana Toni

André Clark

André Corrêa do Lago

André Lara Resende

Armando Mariante

Arminio Fraga

Clarissa Lins

Demétrio Magnoli

Edmar Bacha

Francisco Müssnich

Henrique Rzezinski

Ilona Szabó

Joaquim Falcão

José Aldo Rebelo

José Luiz Alquéres

Marcos Galvão

Marcos Jank

Maria Luiza Viotti

Paulo Hartung

Pedro Henrique Mariani

Renato Galvão Flôres Junior

Roberto Abdenur

Roberto Jaguaribe

Ronaldo Veirano

Tomas Zinner

Vitor Hallack

Conselho Consultivo Internacional

Albert Fishlow
Alfredo Valladão
André Corrêa do Lago
Antonio Patriota
Felix Peña
Flávio Damico
Hussein Kalout
Ivan Sandra
Jackson Schneider
Joaquim Levy
Leslie Bethell
Marcos Caramuru
Monica de Bolle
Paolo Bruni
Sebastião Salgado
Victor do Prado

Pesquisadores Sêniores

André Nassif
Antonio Lavareda
Daniela Campello
Dawisson Belém Lopes
Diego Werneck
Ernani Torres
Ernesto Mané
Feliciano de Sá Guimarães
Fernanda Cimini
Gabriel Galípolo
Gregório Cruz Araújo Maciel
Guilherme Casarões
Guilherme Dantas
Monique Sochaczewski
Patrícia Perrone Campos Mello
Simone Deos

Senior Fellows

Adriano Proença
Ana Célia Castro
Ana Paula Tostes
André Soares
Benoni Belli
Carlos Milani
Carlos Pereira
Daniela Lerda
Denise Nogueira Gregory
Diego Bonomo
Evangelina Seiler
Fabrizio Sardelli Panzini
Francisco Gaetani
Igor Rocha
José Mário Antunes
José Roberto Afonso
Larissa Wachholz
Leandro Rothmuller
Leonardo Burlamaqui
Lia Valls Pereira
Lourival Sant'anna
Mário Ripper
Matias Spektor
Miguel Correa do Lago
Monica Herz
Patrícia Campos Mello
Paulo Sergio Melo de Carvalho
Pedro da Motta Veiga
Philip Yang
Ricardo Ramos
Ricardo Sennes
Rafaela Guedes
Rogério Studart
Ronaldo Carmona
Sandra Rios
Sergio Gusmão Suchodolski
Tatiana Rosito
Vera Thorstensen
Victor do Prado

Empresas associadas

Aegea
Air Products
Altera
Arara.io
Banco Bocom BBM
BASF
Bayer
BMA Advogados
BP
BRF
Brookfield Brasil
CCCC/Concremat -
Cittadino, Campos & Antonioli Advogados
Associados -
Consulado Geral dos Países Baixos no Rio de Janeiro
Consulado Geral do México no Rio de Janeiro
Consulado Geral da Noruega no Rio de Janeiro
Desenvolve SP
Dynamo
EDF Norte Fluminense
EDP
Eletrobras
Embaixada da Austrália
Embaixada da China no Brasil
Embraer
ENEVA
ENGIE Brasil
Equinor
ExxonMobil
Furnas
Galp
Grupo Lorentzen
Grupo Ultra
Huawei
IBÁ
IBRAM
Icatu Seguros
Instituto Clima e Sociedade
Itaú Unibanco
Klabin
Machado Meyer
Museu do Amanhã
Microsoft
Neoenergia
PATRI
Petrobras
Pinheiro Neto Advogados
Promon Engenharia
Prumo Logística
Repsol Sinopec
Sanofi
Santander
Shell
Siemens
Siemens Energy
SPIC Brasil
State Grid
Suzano
Total E&P do Brasil
Unilever
Vale
Veirano Advogados
Vinci Partners

Equipe CEBRI

Diretora-Presidente

Julia Dias Leite

Diretor de Relações Externas, Captação, Comunicação e Eventos

Lucas Dib

Diretora de Projetos

Luciana Gama Muniz

Projetos

Gerente de Gestão de Projetos

Léa Reichert

Gerente de Captação para Projetos

Pedro Francisco Vormittag

Coordenadora de Projetos

Bárbara Brant

Coordenador de Projetos

Davi Bonela

Coordenadora de Projetos

Tháís Jesinski Batista

Coordenador de Projetos

Gustavo Bezerra

Analista de Projetos

Beatriz Pfeifer

Assistente de Projetos

Larissa Vejarano

Assistente de Projetos

Catarina Werlang

Estagiário de Projetos

Daniel Fontes

Estagiário de Projetos

Lucca Lattanzi

Estagiária de Projetos

Valentina Burlamaqui

Relações Externas

Diretora Adjunta de Relações Externas

Fernanda Araripe

Gerente de Relações Institucionais

Fernando Mattos

Assistente de Relações Externas

Mayara Nêris

Relações Institucionais

Gerente de Relações Institucionais

Nana Villa Verde

Diretor Acadêmico

Feliciano de Sá Guimarães

Diretora Administrativa Financeira

Ana Paula Marotte

Comunicação, Eventos e Projetos Especiais

Gerente de Eventos

Caio Vidal

Gerente de Comunicação e Marketing

Felipe Vazquez

Coordenador Editorial da CEBRI-Revista

Bruno Zilli

Analista de TI

Eduardo Pich

Assistente de Eventos

Isabella Ávila

Assistente de Eventos

Julia Cordeiro

Assistente de Comunicação

Daniele Thomaselli

Assistente de Projetos Especiais

Luiz Felipe Herdy

Trainee Editorial da CEBRI-Revista

Victoria Corrêa do Lago

Estagiária de Comunicação

Alice Nascimento

Estagiária de Eventos

Sofia Mariani

Administrativa e Financeiro

Gerente Administrativa Financeira

Fernanda Sancier

Analista Financeiro

Gustavo Leal

Auxiliar de Serviços Gerais

Vânia Souza

Relações com a Imprensa e Comunicação Institucional

Comunicação

Renata Fraga

CEBRI

CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Centro Brasileiro de Relações Internacionais

Rua Marquês de São Vicente, 336
Gávea, Rio de Janeiro - RJ - Brasil
22451-044

Tel: +55 (21) 2206-4400
cebri@cebri.org.br

[@cebrionline](#)

cebri.org